



JONAS LOPES DE  
CARVALHO JUNIOR

Presidente do Tribunal  
de Contas do Estado  
do Rio de Janeiro

É com grande satisfação que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua Escola de Contas e Gestão, apresenta uma publicação exclusivamente voltada para um tema da maior relevância para o estado, seus municípios, e também para o Brasil: a gestão da saúde pública.

O reconhecimento da importância do tema levou o TCE-RJ a eleger a saúde pública como Tema de Maior Significância em 2011, ca-

nalizando parcela relevante, de 25% do total dos recursos destinados à auditoria no exercício, exclusivamente para essa área da ação governamental.

Em consonância com os trabalhos técnicos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do controle externo, o Tribunal, por meio da Escola de Contas e Gestão, também escolheu a saúde pública como tema para os dois prêmios que promoveu em 2011: o Prêmio Ministro Gama Filho, de monografias, e o Prêmio Melhores Práticas, destinado a promover a difusão de iniciativas de sucesso implantadas pelas administrações públicas do Rio de Janeiro.

Ainda no intuito de apoiar os servidores do controle externo, reforçando a troca de ideias e experiências com outras instituições, diversas edições do Projeto Tardes

do Saber, promovido pela ECG, enfocaram o tema da auditoria em saúde.

Coroando essas iniciativas, o objetivo deste número da **Síntese** é contribuir para o debate acerca do atual estágio da situação da saúde pública em nosso país, reunindo artigos de profissionais da área, professores especialistas e representantes de instituições de pesquisa e dos trabalhos vencedores da edição 2011 do Prêmio Ministro Gama Filho, que pela primeira vez, desde que foi criado, recebeu monografias não apenas de servidores do estado e dos municípios fluminenses, mas de qualquer pessoa residente e domiciliada em território brasileiro, de qualquer nacionalidade e formação superior.

Boa leitura!

## Paula Alexandra Nazareth

Diretora-Geral da  
Escola de Contas e  
Gestão – ECG/TCE-RJ

A Escola de Contas e Gestão seguiu, em 2011, a prioridade conferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ao tema da Saúde Pública. Buscando trabalhar em estreita sintonia com as orientações da área de Controle Externo do TCE-RJ, a ECG adotou o mesmo tema, ao longo do ano, em suas realizações – prêmios, seminários, encontros técnicos e debates. Com esse foco, buscou-se incentivar a produção e a difusão do conhecimento relativo a essa importante política pública, da máxima relevância para a população e que ocupa hoje lugar de destaque no planejamento e orçamento de todas as esferas de governo, com impactos significativos nos municípios brasileiros.

Como resultado dessa orientação, de forma inovadora, esta edição da **Revista Síntese** é inteiramente dedicada a um único tema – a saúde pública.

Os artigos que a integram foram elaborados por renomados especialistas e pesquisadores, profissionais da saúde, acadêmicos, estudiosos, que participaram da edição 2011 do Prêmio Ministro Gama Filho, cujo tema foi “Gestão em Saúde Pública”: os três ganhadores, que tiveram suas monografias premiadas; professores doutores integrantes da Comissão Julgadora, de renome nessa área, e outros artigos, cuja publicação foi recomendada por essa mesma Comissão.

“O Processo de Criação e as Ideias Precursoras do Sistema Único de Saúde”, de autoria do coordenador do mestrado profissional em Saúde da Família da Universidade Estácio de Sá, professor Hesio Cordeiro, inicia esta edição fazendo uma retrospectiva histórica das proposições do movimento da reforma sanitária brasileira para a construção de um Sistema Único de Saúde (SUS), desde os anos 1960 até o estabelecimento de conceitos centrais na Constituição aprovada em 1988, como o da seguridade social – que reúne saúde, previdência e assistência social; da universalidade de cobertura; e da saúde como direito de todos e dever do Estado; concluindo que, não obstante os avanços que se seguiram desde então, permanecem ainda aspectos importantes a serem abordados no SUS.

Ligia Bahia, professora do Instituto de Saúde Coletiva da UFRJ, em artigo intitulado “A Produção Legislativa sobre Saúde no Período 2003-2010: breves notas sobre a atuação do Congresso Nacional”, analisa o papel dos Poderes Legislativo e Executivo na iniciativa de projetos de lei relacionados às políticas de saúde e revê, com base em levantamento realizado pelo Laboratório de Economia Política da Saúde da UFRJ e em diversos trabalhos acadêmicos produzidos no período recente, a produção legislativa na área da saúde nos períodos 2003-2006 e 2007-2010. Em conclusão, ao destacar a clara assimetria entre as proposições dos dois Poderes em termos do impacto sobre o sistema de saúde, a autora levanta indagações e aponta lacunas, sugerindo a oportunidade de reflexão e do desenvolvimento de pesquisas de maior fôlego sobre o tema, uma agenda viável e necessária para que o SUS seja de fato uma política de Estado e não de governo.

Além dos membros da Comissão, estão reunidos nesta revista artigos oriundos dos três trabalhos vencedores da edição 2011 do Prêmio. Em “Desafios para a Implantação da Regionalização da Assistência à Saúde no Norte Fluminense”, a autora Jaira Calil Siqueira, médica da Estratégia de Saúde da Família do Município de São João da Barra, que conquistou o 1º lugar, avalia o impacto do modelo regionalizado na atenção hospitalar da Região Norte Fluminense no período entre 2002 e 2007, avaliando que a implantação da estratégia da regionalização não trouxe melhorias no acesso, resultado para o qual contribuíram a organização de redes incapazes de atender à demanda e a ausência de mecanismos capazes de estimular práticas cooperativas entre os entes federativos.

Em “Análise da Gestão e Organização da Atenção Básica em Saúde do Município de Três Rios”, trabalho que obteve o 2º lugar do Prêmio, Renata Odete de Azevedo Souza, coordenadora de Programas em Saúde daquele município, relata que a Atenção Básica local está baseada, principalmente, pela Estratégia de Saúde da Família. Algumas características e fragilidades da política e da gestão do sistema municipal de saúde foram identificadas, concluindo que o enfrentamento dessas dificuldades, por meio de mais investimentos, é importante para fortalecer a Atenção Básica no município.

O artigo “Regulação de Acesso ao Serviço de Internação em UTI no Distrito Federal”, 3º lugar do Prêmio Ministro Gama Filho, de Dago-mar Henriques Lima, auditor federal de Controle Externo do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), trata do processo de inovação na regulação de acesso ao serviço de internação em unidade de terapia intensiva no serviço público de saúde do Distrito Federal, descrevendo pesquisa realizada com fundamento na abordagem integradora da teoria da inovação em serviços e concluindo que, não obstante as inovações observadas, permanecem obstáculos e desafios na integridade da assistência.

Além dos trabalhos vencedores do Prêmio, a Comissão Julgadora recomendou a publicação de outros trabalhos concorrentes, pelos temas abordados. Nesta edição, estão dois artigos recomendados: “A Acessibilidade ao Serviço de Saúde de Pacientes com Câncer de Mama no Município de Campos dos Goytacazes”, de Gustavo Henrique Givisiez, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da UFF, e Cristiano Rodrigues, professor da Faculdade de Medicina da UCAM; e “A Inserção da Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família: um desafio para a interação com o SUS”, de autoria de Érica Mascarenhas Soffritti, especialista em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz.

A atualidade do tema e a qualidade dos trabalhos submetidos, destacadas pelos membros da Comissão, constituem importante reconhecimento do esforço empreendido na realização desta edição do Prêmio Ministro Gama Filho e da ampliação de seu alcance. Com mais esta publicação, a Escola de Contas e Gestão espera poder contribuir para compor um retrato da situação da saúde em nosso estado e no país e para o fortalecimento de uma gestão pública comprometida com o melhor atendimento das demandas da sociedade.